

**INTERSECCIONALIDADE E FEMINISMO NEGRO: DESIGUALDADES E A
RESISTÊNCIA DAS MULHERES NEGRAS NO BRASIL**

**INTESECTIONALITY AND BLACK FEMINISM: INEQUALITIES AND THE
RESISTANCE OF BLACK WOMEN IN BRAZIL**

Ingrid da Silva Santos

Graduanda em Direito, Faculdade de Ensino Superior de Linhares, Brasil

E-mail: ingridsarmiento@outlook.com

Professor Orientador: Antonio Cesar Machado da Silva

Mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina

(UFSC), e Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS),

Professor de Sociologia da Faculdade de Ensino Superior de Linhares/ES, Brasil.

E-mail: antonniocesar@hotmail.com

Resumo

O presente artigo analisa a trajetória de mulheres pretas que marcaram a história do Brasil: Tereza de Benguela, Carolina Maria de Jesus e Djamila Ribeiro, sob o olhar da interseccionalidade. Busca-se compreender como raça, gênero e classe social se entrecruzam na construção das experiências dessas mulheres, que transformaram opressão em resistência, pensamento crítico em representatividade. A pesquisa destaca a relevância de suas contribuições para o feminismo negro e para a reinterpretação das desigualdades estruturais na sociedade brasileira.

Palavras-chave: interseccionalidade; mulheres negras; resistência; feminismo negro; representatividade.

Abstract

This article analyzes the trajectory of Black women who have marked the history of Brazil: Tereza de Benguela, Carolina Maria de Jesus, and Djamila Ribeiro, through the lens of intersectionality. It seeks to understand how race, gender, and social class intersect in shaping the experiences of these women, who transformed oppression into resistance, and critical thinking into representativeness. The research highlights the relevance of their contributions to Black feminism and to the reinterpretation of structural

inequalities in Brazilian society.

Keywords: intersectionality; Black women; resistance; Black feminism; representation.

1. Introdução

A história do Brasil é atravessada por profundas desigualdades raciais e de gênero, que afetam especialmente as mulheres negras.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE, 2023), a taxa de analfabetismo entre pessoas negras (pretas e pardas) é mais que o dobro da observada entre pessoas brancas, 8,3% contra 3,6%. No ensino superior, apenas 20,3% das pessoas negras com 25 anos ou mais possuem diploma universitário, enquanto entre as pessoas brancas esse número chega a 36,7%.

No mercado de trabalho, as desigualdades também são marcantes. As mulheres negras representam o grupo com menor rendimento médio no país: em 2023, elas receberam, em média, 59% do salário dos homens brancos, segundo o IBGE. Além disso, estão mais concentradas em ocupações informais e precárias — cerca de 46% das mulheres negras trabalhavam sem carteira assinada ou por conta própria, contra 29% das mulheres brancas.

Esses números evidenciam que as desigualdades raciais e de gênero continuam estruturando a sociedade brasileira, limitando o acesso das mulheres negras a direitos, oportunidades e posições de poder.

O conceito de interseccionalidade, formulado por Kimberlé Crenshaw (1989), permite compreender como raça, gênero e classe atuam de forma simultânea na produção da marginalização social. A autora desenvolveu essa perspectiva a partir de suas análises sobre o modo como o sistema jurídico dos Estados Unidos invisibilizava as experiências específicas de mulheres negras. Em seu artigo “*Demarginalizing the Intersection of Race and Sex*” (1989), Crenshaw demonstrou que as leis antidiscriminação tratavam raça e gênero como categorias separadas, desconsiderando que uma mulher negra pode sofrer discriminação simultaneamente por ambos os motivos.

Dessa forma, evidencia-se que as estruturas de opressão não atuam de modo

isolado ou simplesmente cumulativo, mas se entrelaçam, produzindo formas específicas e interdependentes de desigualdade.

O conceito de interseccionalidade surgiu justamente em meio às tensões entre o feminismo hegemônico predominantemente branco e de classe média, que pouco considerava as desigualdades raciais e o movimento negro, que nem sempre incorporava as questões de gênero. Nesse cenário, a interseccionalidade emerge como crítica e ampliação dessas perspectivas, afirmando que não é possível compreender as relações de poder sem analisar a interação entre raça, gênero, classe, sexualidade e outras dimensões que estruturam a sociedade.

Seu caráter transformador reside na capacidade de reconfigurar tanto as análises quanto as práticas políticas. Ao reconhecer a articulação entre diferentes sistemas de opressão, a interseccionalidade oferece uma lente mais complexa e realista para interpretar as desigualdades. No campo acadêmico, ampliou os estudos feministas e raciais; na esfera política, inspirou políticas públicas mais sensíveis às múltiplas dimensões da exclusão, tornando-se ferramenta fundamental para a promoção da justiça social.

Nesse contexto, figuras como Tereza de Benguela, Carolina Maria de Jesus e Djamila Ribeiro se destacam como símbolos de resistência e transformação. Tereza, líder do Quilombo do Quariterê no século XVIII, representou a luta contra a escravidão e o poder colonial; Carolina Maria de Jesus, em Quarto de Despejo (1960), deu visibilidade à experiência das mulheres negras e periféricas; e Djamila Ribeiro, filósofa contemporânea, fortalece esse legado ao difundir o feminismo negro e a interseccionalidade no debate público brasileiro.

A trajetória da mulher negra no Brasil é atravessada por opressões articuladas entre gênero, raça e classe, evidenciando de forma concreta a lógica da interseccionalidade formulada por Kimberlé Crenshaw (1991). Desde o período colonial, essas mulheres foram submetidas à escravidão, à exploração sexual e ao trabalho forçado, ocupando as posições mais vulneráveis da estrutura social. Após a abolição, em 1888, a ausência de políticas reparatórias manteve e aprofundou desigualdades, restringindo seu acesso à educação, à política e ao mercado de trabalho.

Nesse contexto, as mulheres negras podem ser compreendidas como autoras

interseccionais, pois suas experiências e produções expressam simultaneamente as opressões de raça, gênero e classe, mas também a força de sua resistência. Ao denunciarem a exclusão e afirmarem a identidade negra e feminina, figuras como Tereza de Benguela, Carolina Maria de Jesus e Djamila Ribeiro revelam o caráter transformador da interseccionalidade enquanto teoria e experiência vivida.

Assim, compreender a marginalização das mulheres negras requer reconhecer a interdependência entre racismo, sexismo e desigualdade econômica. A interseccionalidade torna visível essa articulação e contribui para análises e práticas políticas comprometidas com a justiça social. Autoras como bell hooks reforçam essa perspectiva ao demonstrar que um feminismo que ignore a dimensão racial é incapaz de abarcar as múltiplas formas de desigualdade enfrentadas por mulheres negras; em obras como *Ain't I a Woman?* (1981/1984), evidencia que gênero e raça são inseparáveis na produção da opressão.

O objetivo deste artigo é analisar a interseccionalidade e o feminismo negro como ferramentas teóricas e práticas para compreender as desigualdades enfrentadas pelas mulheres negras no Brasil. Isto feito a partir das trajetórias de três personalidades que a seus tempos contribuíram para a resistência contra as múltiplas formas de opressão. Destacando como essas abordagens iluminam as múltiplas formas de subalternização, ero, raça e classe, e apontam caminhos para resistência, ativismo social e a formulação de políticas públicas inclusivas.

A interseccionalidade, neste sentido, contribui para a compreensão como essas mulheres não eram apenas oprimidas por serem negras, mas também por serem mulheres. Elas enfrentavam uma tripla opressão: eram negras, escravizadas e mulheres, o que ampliava a violência e a marginalização das quais eram alvo. Em um contexto evidente de violência e pela constante redução de sua identidade a um corpo submisso, moldado para atender aos desejos e necessidades da sociedade colonial e patriarcal.

O artigo Práticas e identidades interseccionais: Aura Cumes, Lélia Gonzalez, Grada Kilomba, Creuza Krahô e Audre Lorde (Alves & Bastos, 2025), discute como a interseccionalidade opera nas experiências e produções dessas intelectuais negras e indígenas. Ao analisar autoras como Cumes, Gonzalez, Kilomba, Krahô e Lorde, o estudo mostra como suas reflexões rompem com modelos tradicionais ao evidenciar

que opressões de gênero, raça, etnia e classe se articulam simultaneamente, revelando identidades complexas e modos variados de resistência.

No campo do feminismo negro, o artigo destaca a relevância de Lélia Gonzalez e Audre Lorde ao denunciar os limites de feminismos hegemônicos que ignoram o racismo e invisibilizam as experiências de mulheres negras. Alves argumenta que tais feminismos, marcados pela branquitude, reforçam hierarquias internas, razão pela qual o feminismo negro se afirma como projeto político-epistemológico ancorado nas vivências dessas mulheres.

O estudo evidencia ainda que Grada Kilomba e Audre Lorde ampliam o debate sobre colonialidade, subjetividade, linguagem e violência simbólica, mostrando como o racismo atua no inconsciente social. Suas narrativas, ao mesmo tempo denúncia e cura, configuram práticas de insubmissão fundamentais para o feminismo negro, que integra teoria e experiência.

A inclusão de Aura Cumes e Creuza Krahô amplia o horizonte analítico ao incorporar perspectivas indígenas sobre opressão, colonialidade e resistência. O diálogo entre feminismo negro, pensamento indígena e interseccionalidade revela a proximidade entre as trajetórias de mulheres negras e indígenas, ambas marcadas pela violência histórica e pela expropriação.

Conclui-se que a interseccionalidade, mais que ferramenta teórica, constitui um modo de existência e resistência para essas mulheres. Suas práticas demonstram que enfrentar racismo, patriarcado e colonialidade exige um feminismo plural e decolonial, capaz de transformar estruturas sociais e produzir conhecimentos mais inclusivos e emancipatórios.

No Brasil contemporâneo, a análise interseccional, formulada por Kimberlé Crenshaw, é fundamental para compreender as múltiplas discriminações que incidem sobre as mulheres negras. Ao considerar simultaneamente racismo, sexismo e desigualdades econômicas, torna-se evidente que suas experiências diferem tanto das vividas por mulheres brancas quanto por homens negros. Esse entendimento é fortalecido por intelectuais e ativistas como Djamila Ribeiro, que ressaltam a importância de reconhecer as mulheres negras como protagonistas na luta por equidade. Refletir sobre a interseccionalidade, portanto, é admitir que a emancipação da mulher negra depende da construção de uma sociedade mais justa e, sobretudo,

antirracista.

2. A teoria da interseccionalidade e sua relevância para a compreensão das opressões estruturais

A interseccionalidade foi inicialmente articulada por Kimberlé Crenshaw (CRENSHAW, 1989), a partir da análise de um caso jurídico em que uma mulher negra foi preterida em um processo seletivo justamente por estar situada na intersecção entre raça e gênero. O conceito evidencia que as opressões não podem ser analisadas de forma isolada, pois se combinam e produzem efeitos particularmente violentos na vida das mulheres negras. Como afirma a autora, “a interseccionalidade é uma lente através da qual podemos ver onde o poder aparece, colide, se cruza e se interconecta” (CRENSHAW, 1991, p. 1241).

Autoras como Angela Davis (2016), Bell Hooks (1981) e Lélia Gonzalez (1988) ampliam e aprofundam esse debate, evidenciando que as opressões não atuam isoladamente, mas se articulam estruturalmente, atravessando as dimensões social, econômica, política e cultural. Davis destaca a intersecção entre raça, gênero e classe como central para compreender a história da exploração e resistência das mulheres negras; Hooks (1981) reforça a necessidade de uma abordagem feminista que inclua a experiência de mulheres racializadas; e Gonzalez (1988) evidencia, no contexto latino-americano, como o racismo e o sexismo se combinam para estruturar desigualdades profundas.

Em “*Mapping the Margins*” (1991), ela demonstra como a posição interseccional das mulheres negras gera marginalização estrutural, aumentando sua vulnerabilidade à violência e à exclusão social. Essas análises fornecem uma base teórica fundamental para compreender as identidades múltiplas e os modos de resistência das mulheres negras e indígenas, sendo reforçadas pelas contribuições de Davis, Hooks e Gonzalez.

A autora propõe a interseccionalidade como uma metodologia que visa compreender e combater as causas e efeitos da violência contra mulheres nas comunidades negras. Esse conceito, originado na área das ciências jurídicas, se consolidou como uma ferramenta crucial para a análise das múltiplas formas de

opressão e suas interações, destacando a necessidade de abordagens que integrem as dimensões de raça, gênero e classe.

Essa perspectiva permite compreender de forma mais ampla as múltiplas formas de opressão e desigualdade que estruturam a sociedade, evidenciando que tais categorias não atuam de maneira isolada, mas de modo interdependente e cumulativo.

Ao articular essas categorias, torna-se possível analisar os impactos concretos das hierarquias sociais sobre as mulheres negras, cujas experiências foram moldadas pela sobreposição entre exploração econômica, discriminação racial e subordinação de gênero. Angela Davis reforça essa compreensão ao afirmar que “as experiências das mulheres negras revelam que raça, gênero e classe estão entrelaçados de maneira inseparável”, apontando que apenas uma análise integrada dessas dimensões pode revelar a complexidade das formas de dominação que marcam suas trajetórias.

A autora propõe a interseccionalidade como uma metodologia voltada a compreender e enfrentar as causas e os efeitos da violência contra mulheres nas comunidades negras. Originado no campo das ciências jurídicas e consolidado como ferramenta analítica fundamental, esse conceito evidencia que raça, gênero e classe não atuam de forma isolada, mas sim de modo interdependente e cumulativo. Essa perspectiva amplia a compreensão das múltiplas opressões que estruturam a sociedade e reafirma a necessidade de abordagens que contemplem simultaneamente essas dimensões, permitindo uma leitura mais precisa das desigualdades históricas que afetam grupos específicos de mulheres.

Assim, o debate proposto por Angela Davis e aprofundado por outras autoras negras, como Lélia Gonzalez, Patricia Hill Collins, Kimberlé Crenshaw, bell hooks e Grada Kilomba, reforça o que foi discutido anteriormente ao demonstrar que a interseccionalidade não é apenas um arcabouço teórico, mas uma exigência política para transformar as estruturas sociais. Segundo Davis (2016), compreender as desigualdades de forma entrecruzada implica enfrentar simultaneamente o racismo, o patriarcado e a exploração de classe, condição indispensável para mudanças efetivas e duradouras.

Segundo Gonzalez (1988), mesmo após séculos de resistência, as mulheres

negras continuam concentradas nas posições mais precarizadas da hierarquia social, onde se reproduzem violências, formas de exploração e processos de desumanização. Esse cenário, como aponta Hooks (1981), está ligado à hipersexualização, à invisibilização e aos estereótipos que historicamente marcam os corpos das mulheres negras heranças diretas do período escravista que seguem estruturando desigualdades no trabalho, na saúde, na educação e na política.

Nesse sistema de dominação, as mulheres negras são continuamente levadas a romper o silêncio para resistir às violências estruturais que as atravessam. Suas experiências revelam que racismo e sexismo não atuam de forma isolada, mas constituem um complexo entrelaçado de desigualdades que molda suas condições de vida e de participação social.

Segundo dados apresentados pelo IPEA (2019), o Brasil possui mais de 53 milhões de mulheres negras, representando uma parcela significativa da população feminina do país. Elas respondem pela chefia de grande parte dos lares brasileiros, embora ainda enfrentem profundas desigualdades: recebem, em média, cerca da metade da remuneração obtida por mulheres brancas. Além das disparidades econômicas, são também as principais vítimas de tráfico de pessoas e de diversas formas de violência, incluindo agressões letais. Nos últimos anos, verifica-se um aumento nas taxas de homicídio de mulheres negras, em contraste com a redução observada entre mulheres brancas, evidenciando o impacto desproporcional das violências de gênero e raça.

O feminismo negro, ancorado nas lutas históricas de mulheres como Tereza de Benguela, surge justamente como resposta ao silenciamento e à subordinação produzidos pelo patriarcado, pelo racismo e pela exploração econômica. Essa vertente teórica e política denuncia não apenas as desigualdades de gênero, mas a forma como ela se articula com raça e classe, rejeitando qualquer hierarquização dessas dimensões. Para autores como Hooks (1981) e Davis (2016), compreender a experiência das mulheres negras implica reconhecer que racismo e sexismo operam como um sistema unificado de dominação.

Nesse sentido, Crenshaw (1991) afirma que “a interseccionalidade é uma lente através da qual podemos ver onde o poder vem e colide, onde ele se cruza e se interconecta”, reforçando a necessidade de analisar essas estruturas de forma

simultânea e integrada.

Ainda hoje, as mulheres negras ocupam as posições mais baixas da “hierarquia social”, sustentando sistematicamente violências e a precarização. Essas mulheres são desumanizadas, hipersexualizadas e vulnerabilizadas por um contexto histórico que remonta à escravidão e à exploração, condições que se perpetuam de forma cruel na sociedade contemporânea. Elas são, muitas vezes, tratadas como invisíveis ou, quando reconhecidas, são estigmatizadas e estereotipadas, especialmente por seu gênero e raça.

Segundo relatório do Ipea e do Ministério da Igualdade Racial (GOV, 2025), 69,9% das pessoas que atuam no trabalho doméstico ou em atividades de cuidado no Brasil são mulheres negras. Esses dados evidenciam que, historicamente, a chamada “base da pirâmide” do mercado de trabalho ocupações de menor prestígio, remuneração reduzida e pouca proteção social continua sendo majoritariamente composta por mulheres negras, refletindo um padrão de marginalização econômica e social que remonta ao período escravocrata.

Além disso, o levantamento aponta uma significativa desigualdade educacional: mais da metade dessas trabalhadoras negras não completou o ensino médio, limitando suas oportunidades de mobilidade social e de acesso a empregos formais e mais bem remunerados. O estudo, portanto, revela como a combinação entre raça, gênero e classe mantém essas mulheres em posições estruturalmente vulneráveis, reforçando desigualdades históricas que atravessam o mercado de trabalho brasileiro.

No plano salarial, o mesmo relatório indica que mulheres negras recebem remuneração substancialmente inferior à de homens brancos e mesmo de mulheres brancas, evidenciando a persistência de uma desigualdade interseccional que combina racismo, sexismo e exploração econômica

O sistema de opressão, seja no campo do trabalho, da educação, da saúde ou da política, exige que as mulheres negras rompam o silêncio sobre as violências estruturais para não sucumbirem às dificuldades que lhes são impostas.

O feminismo negro, como ressaltado por Lélia Gonzalez (1988), que analisou a interseção entre raça, gênero e classe no contexto latino-americano, e com suas raízes nas lutas de mulheres pretas e afrodescendentes como Tereza de Benguela, surge como uma resposta ao silenciamento e à subordinação histórica. Essa vertente

do feminismo não apenas questiona as relações de gênero, mas também denuncia as interações entre raça, classe e o patriarcado. Para essas mulheres, não é possível eleger qual opressão é mais relevante, pois ambas, o racismo e o sexismo, formam um sistema entrelaçado de dominação.

3. Racismo Estrutural e Sexismo na sociedade brasileira

A obra de Lélia Gonzalez ilumina, no contexto brasileiro, como raça, gênero e classe se entrecruzam na produção de desigualdades que afetam de forma profunda as mulheres negras. Para a autora, essas mulheres são historicamente relegadas à invisibilidade e à marginalização, enfrentando menores salários, desrespeito profissional e múltiplas formas de violência estrutural. Sua análise evidencia que a desigualdade social não pode ser compreendida apenas pela classe, mas pela combinação simultânea de racismo e sexismo.

Nesse sentido, a luta das mulheres negras é também a luta contra os silenciamentos impostos por essas estruturas, exigindo que o feminismo seja interseccional. Assim como figuras históricas como Tereza de Benguela desafiaram o sistema colonial, as mulheres negras atuais continuam resistindo à tentativa de manutenção de sua subordinação e apagamento.

Conforme aponta um estudo do IBGE, em 2022, a informalidade no trabalho atinge 40,9% dos trabalhadores brasileiros. Entre mulheres pretas ou pardas (46,8%) e homens pretos ou pardos (46,6%), esse percentual é ainda maior, revelando uma desigualdade persistente. Em contraste, as taxas observadas para mulheres brancas (34,5%) e homens brancos (33,3%) permanecem abaixo da média nacional. Esse cenário se repete desde o início da série da PNAD. O instituto destaca que a informalidade tende a estar vinculada a condições de trabalho mais vulneráveis e à ausência de proteção social, o que dificulta o acesso a direitos essenciais como o salário-mínimo e a aposentadoria.

O feminismo interseccional fundamentado por autoras como Crenshaw, Collins, Gonzalez e Carneiro revela que as opressões vividas por essas mulheres são múltiplas e interdependentes. No Brasil, o racismo desumaniza, o patriarcado silencia e o capitalismo explora seu trabalho, restringindo direitos e oportunidades (Collins, 2000; Ribeiro, 2017; Lugones, 2008). Assim, essa perspectiva é indispensável para

compreender e transformar as condições de vida das mulheres negras, orientando políticas e práticas sociais que promovam inclusão, reconhecimento e respeito.

Nesse cenário, personagens como Daiane dos Santos e Rebeca de Andrade simbolizam essa realidade vivida por tantas mulheres negras, cujas vozes historicamente foram marginalizadas. Suas trajetórias representam resistência, força e ancestralidade, ecoando as lutas de gerações de mulheres que enfrentaram a exclusão e a invisibilidade impostas por uma sociedade estruturada sobre a herança escravocrata e patriarcal.

A revista ISTOÉ destaca que os sucessos dessas atletas têm ampliado de maneira significativa a visibilidade de pessoas negras na ginástica artística, um esporte que tradicionalmente apresenta baixa representatividade racial. Ao ocuparem lugares de destaque mundial, Daiane e Rebeca não apenas desafiam padrões históricos de exclusão, mas também inspiram outras meninas negras a acreditarem na possibilidade de acessar espaços antes socialmente negados, contribuindo para a desconstrução de estereótipos raciais e para o fortalecimento da representatividade no esporte brasileiro.

Compreender a interseccionalidade é reconhecer que a opressão da mulher negra não pode ser analisada apenas sob um único eixo, mas sim a partir da sobreposição entre raça, gênero e classe. É nesse cruzamento que se revelam as desigualdades mais profundas e as formas mais potentes de resistência. Sob essa perspectiva, essas mulheres também se constituem como agentes de resistência, protagonizando práticas de enfrentamento e superação das desigualdades estruturais. Nesse sentido, ouvir e valorizar as vozes de mulheres como Daiane e Rebeca configura-se como uma estratégia fundamental para a construção de uma sociedade que reconheça e se inspire em mulheres que se tornam referências para tantas outras, aquelas que, ao longo da história, resistiram e continuam resistindo às opressões interligadas que ainda sustentam as desigualdades existentes no Brasil. Como afirma Bell Hooks, “a representação de mulheres negras em espaços de poder transforma não apenas o imaginário, mas também as possibilidades de futuro” (HOOKS, 1995, p. 34).

Por outro lado, Carolina Maria de Jesus foi uma das mais importantes escritoras brasileiras do século XX, cuja trajetória revela de forma contundente a

interseccionalidade vivida pela mulher preta no Brasil. Nascida em 1914, em uma família pobre e negra, Carolina enfrentou o racismo, o sexismo e a exclusão social desde a infância, experiências que moldaram sua escrita e sua consciência crítica.

No século XX, Carolina Maria de Jesus traduziu em palavras a vivência de uma mulher negra, pobre e favelada em um Brasil que insistia em silenciar essas vozes. Em *Quarto de Despejo* (1960), Carolina expõe as intersecções entre a fome, pobreza, racismo e sexismo, revelando como o cotidiano das mulheres negras é atravessado por múltiplas formas de exclusão, entre elas o preconceito e a desumanização. Sua escrita, além de constituir um registro literário da realidade social brasileira, configura-se como um ato político, evidenciando a resistência e a voz ativa das mulheres negras frente às estruturas opressivas.

“Eu lutava contra a fome e contra o preconceito. A fome é insolente, humilha, ofende e destrói. O preconceito também fere, cala, segrega e impede que sejamos vistos como seres humanos completos. Entre essas duas forças, eu tentava sobreviver e manter minha dignidade” (JESUS, 1960).

Carolina, sintetiza a dimensão interseccional da vivência que enfrentou simultaneamente as marcas do racismo, do sexismo e da pobreza. Sua trajetória evidencia que a opressão contra a mulher negra no Brasil não pode ser compreendida isoladamente, pois o gênero, a raça e a classe se entrelaçam na estrutura social, produzindo múltiplas formas de exclusão. Ao escrever sobre sua própria realidade em *Quarto de Despejo*, Carolina Maria de Jesus transforma sua dor em denúncia e resistência, tornando-se uma das primeiras vozes literárias a revelar a interseccionalidade de forma empírica e vivida. Sua narrativa é um testemunho da força das mulheres negras que, mesmo diante da marginalização e da fome, afirmam sua humanidade por meio da palavra e da escrita, como quando afirma que “se é que existe reencarnações, eu quero voltar sempre preta” (JESUS, 1960).

4. Djamila Ribeiro: Uma Vida Dedicada à Luta Antirracista e Feminista Negra

A trajetória de Djamila Ribeiro ilustra as tensões existentes entre a produção

de conhecimento e as dinâmicas de poder que permeiam a universidade, evidenciando a urgência de repensar a estrutura epistemológica vigente e de promover uma educação plural, inclusiva e antirracista. Sua formação intelectual, influenciada pelo contato com o pensamento de Sueli Carneiro no Geledés, direcionou sua reflexão para a centralidade das mulheres negras na análise das estruturas sociais, a partir da qual desenvolveu suas principais contribuições teóricas, especialmente o conceito de lugar de fala, articulado como ferramenta para revelar desigualdades na distribuição do poder de enunciação e na legitimação de saberes.

Em diálogo com autoras como Patricia Hill Collins, e Kimberlé Crenshaw, Djamil demonstra que não há neutralidade na produção de conhecimento: discursos reconhecidos como universais são marcados pela branquitude, pelo patriarcado e pela colonialidade, o que historicamente silenciou epistemologias negras e manteve práticas de exclusão na universidade. Embora não formule uma teoria própria de interseccionalidade, utiliza essa perspectiva para analisar como racismo, sexismo e desigualdade de classe limitam o acesso das mulheres negras ao mercado de trabalho e ao campo acadêmico, aproximando a discussão brasileira da tradição do feminismo negro e destacando a interdependência das opressões.

Collins enfatiza que a autodeterminação das mulheres negras é um ato de resistência, afirmando que “quando nós, mulheres negras, nos definimos, claramente rejeitamos o pressuposto de que aqueles em posição que lhes garante autoridade para interpretar nossa realidade têm legitimidade para tanto” (COLLINS, 2019, p. 114).

O feminismo negro, como ressaltado por Lélia Gonzalez (1988), e com raízes nas lutas de mulheres pretas e afrodescendentes como Tereza de Benguela, surge como resposta ao silenciamento e à subordinação histórica, questionando as relações de gênero e denunciando as interações entre raça, classe e patriarcado. Para essas mulheres, não é possível eleger qual opressão é mais relevante, pois racismo e sexismo constituem um sistema entrelaçado de dominação.

A obra de Ribeiro, incluindo *O que é lugar de fala?* (2017); *Quem tem medo do feminismo negro?* (2018) e *Pequeno manual antirracista* (2019), sistematiza discussões fundamentais sobre interseccionalidade, analisando a sobreposição de opressões relacionadas a gênero, raça e classe. Ao propor que o conhecimento seja

produzido a partir de experiências e vozes historicamente marginalizadas, ressignifica o papel das mulheres negras na esfera pública e intelectual, demonstrando que ocupar espaços de produção de saber é um ato político e emancipatório capaz de romper com as hierarquias coloniais do conhecimento.

Além da produção teórica, Ribeiro atua na curadoria da Coleção Feminismos Plurais e participa ativamente de debates acadêmicos, mídias e movimentos sociais, ampliando a visibilidade de mulheres negras na esfera pública. Por meio dessas ações, não apenas torna visíveis experiências historicamente marginalizadas, como também constitui modelos de referência que incentivam outras mulheres negras a afirmarem suas identidades, reivindicarem direitos e engajarem-se na transformação das estruturas sociais que perpetuam desigualdades.

Por meio dessas ações, Djamila Ribeiro contribui de forma consistente para a construção de uma sociedade mais inclusiva e plural, ao mesmo tempo em que inspira novas gerações a reconhecerem sua potência, afirmarem suas identidades e engajarem-se na transformação das estruturas sociais que perpetuam desigualdades.

4.1. O Feminismo Afro-latino-americano por Lélia González e a percepção de Angela Davis

O feminismo afro-latino-americano é um movimento que articula as lutas de gênero com as questões raciais e de classe vividas especificamente pelas mulheres negras na América Latina e no Caribe. Surge como uma crítica ao feminismo hegemônico, majoritariamente branco e eurocêntrico, que historicamente ignorou as experiências das mulheres negras. Um de seus principais pilares é a interseccionalidade, que compreende que a opressão enfrentada por essas mulheres não pode ser analisada isolando apenas o gênero, mas deve considerar também o racismo e a desigualdade social. Nesse sentido, o movimento propõe uma reestruturação das lutas feministas, incluindo vozes e realidades historicamente marginalizadas.

Lélia Gonzalez é uma das principais referências desse pensamento, e foi ela quem cunhou o termo "amefricanidade", para destacar a conexão cultural, histórica e

política entre os povos negros das Américas. O feminismo afro-latino-americano também se propõe a valorizar a identidade afro-latino-americana, resgatando a cultura, a ancestralidade e o protagonismo das mulheres negras na construção das sociedades latino-americanas. Além disso, defende visibilidade e representatividade em todos os espaços sociais, como a política, a academia e a mídia, reivindicando que as mulheres negras tenham voz ativa na construção de políticas públicas e na produção de conhecimento.

Por outro lado, as reflexões de Davis são fundamentais para compreender a interseccionalidade como ferramenta analítica e política na luta das mulheres negras. Ao afirmar que “o que significa ser mulher negra é também ser vítima de um sistema de violência que não escolhe fronteiras de gênero, raça ou classe” (DAVIS, 1981), a autora denuncia a sobreposição de opressões estruturais que atravessam suas vidas em sociedades marcadas pelo racismo e pelo patriarcado. Suas análises mostram que esse grupo se encontra no cruzamento entre diferentes sistemas de dominação raciais, sexistas e econômicos que produzem vulnerabilidades específicas, mas também impulsionam formas singulares de resistência e organização política.

Em outra percepção, quando afirma que “eu sou uma mulher negra, e por causa disso eu tenho que lutar contra o racismo e a misoginia ao mesmo tempo” (DAVIS 2982), a autora reforça a inseparabilidade das lutas antirracista e feminista, antecipando debates que seriam consolidados posteriormente pelo conceito de interseccionalidade, formulado por Kimberlé Crenshaw.

Assim, sua perspectiva contribui para a compreensão de que a emancipação da mulher preta exige o enfrentamento simultâneo das estruturas que sustentam a desigualdade racial, de gênero e de classe, reafirmando a urgência de um feminismo negro comprometido com a justiça social e a equidade.

4.2. Tereza de Benguela e a Interseccionalidade da Mulher Preta na Sociedade Brasileira

Tereza de Benguela, líder quilombola do século XVIII, simboliza a resistência e a luta das mulheres negras contra a opressão racial, patriarcal e colonial. Sua história representa uma poderosa narrativa de enfrentamento às adversidades

impostas pela sociedade colonial brasileira, onde a mulher preta era subjugada tanto pelo racismo quanto pelo sexismo, Tereza não se contentava em viver nas sombras das opressões existentes naquele século. Assim, Benguela se torna um ícone de resistência, não apenas pela sua luta contra a escravidão, mas também por seu papel na construção de uma estrutura de resistência comunitária, da mulher em um contexto em que a opressão e repressão se manifestava de forma múltipla e intersectada.

Tereza de Benguela simboliza a resistência das mulheres negras porque sua trajetória materializa processos estruturais analisados pela historiografia, pelos estudos decoloniais e pelo feminismo negro. No campo acadêmico, ela se torna referência não pelo acontecimento biográfico isolado, mas porque encarna dinâmicas coletivas de enfrentamento ao sistema colonial escravista.

Primeiro, sua liderança no Quilombo do Quariterê evidencia o que autoras como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Patricia Hill Collins conceituam como agência política de mulheres negras em contextos de opressão interseccional. Ela atua em um espaço onde raça, gênero e exploração econômica se entrelaçam e sua capacidade de organização comunitária confirma empiricamente essas teorias.

Segundo a literatura dos estudos decoloniais (Quijano, Lugones, Mignolo) identifica o quilombo como forma de produção de sociabilidade alternativa ao sistema colonial. A atuação de uma mulher negra na liderança desse espaço desafia diretamente o que Lugones descreve como “colonialidade de gênero”, ou seja, a imposição de hierarquias patriarcais europeias sobre povos colonizados.

Por fim, sua representação atual no feminismo negro não decorre apenas de memória histórica, mas do fato de que sua experiência corrobora modelos analíticos sobre resistência coletiva, insurgência epistemológica e redefinição de papéis de gênero em sociedades escravistas aspectos amplamente debatidos na academia.

A análise da experiência da mulher preta na sociedade brasileira não pode ser feita sem considerar a interseccionalidade, um conceito que surge para descrever a sobreposição das opressões de gênero, raça e classe, objeto deste artigo. A interseccionalidade, como formulada pela ativista Kimberlé Crenshaw, revela como as mulheres negras são afetadas simultaneamente por várias formas de discriminação, tornando suas experiências de opressão únicas e complexas.

Benguela comandou um povoado formado por negros e indígenas que resistiu por décadas à escravidão. Sua liderança demonstra a força e a inteligência estratégica das mulheres negras, frequentemente apagadas da história oficial. Tereza organizou sistemas de defesa, produção e comércio, consolidando um modelo de autossuficiência e autonomia em pleno período escravista.

Sob o olhar da interseccionalidade, conceito formulado por Kimberlé Crenshaw, a trajetória de Tereza de Benguela evidencia a sobreposição de opressões que estruturam a vida das mulheres negras, racismo, sexismo e classismo. Sua figura revela como a mulher preta enfrenta não apenas a exclusão racial, mas também o silenciamento de gênero, sendo marginalizada tanto pelo feminismo hegemônico quanto pelas narrativas históricas sobre a resistência negra. Nessa perspectiva, sua luta não se restringia à libertação do povo negro, mas afirmava o lugar da mulher como sujeito político e liderança ativa nos processos de emancipação social.

Como aponta Crenshaw (1991), as violências que atingem mulheres negras não podem ser compreendidas de forma isolada, pois raça e gênero operam simultaneamente. A análise de Collins (2000) sobre a “matriz de dominação” reforça essa compreensão, evidenciando que essas opressões se entrecruzam e moldam tanto a marginalização quanto a agência dessas mulheres. María Lugones (2008), por sua vez, mostra que a “colonialidade de gênero” racializou a própria ideia de feminilidade, excluindo mulheres negras do estatuto de sujeito político. Assim, Tereza de Benguela torna-se um exemplo concreto dessas dinâmicas estruturais, materializando as teorias do feminismo negro em um contexto real de resistência.

Na sociedade brasileira contemporânea, Tereza permanece como símbolo de resistência, liderança e empoderamento. Sua memória inspira o enfrentamento das desigualdades que ainda atingem as mulheres negras, que seguem ocupando as posições mais vulneráveis nas estruturas sociais. Relembra-la sob a ótica da interseccionalidade reforça a urgência de políticas e práticas que reconheçam as múltiplas formas de opressão e promovam o protagonismo dessas mulheres. Medidas como políticas de cotas, iniciativas de economia solidária e o estímulo à presença de mulheres negras em espaços de decisão têm ampliado oportunidades, fortalecido redes de apoio e valorizado a produção cultural negra.

A opressão patriarcal somada ao racismo estrutural reforça a vulnerabilidade

dessas mulheres, frequentemente invisibilizadas no mercado de trabalho, na política e na cultura. Suas experiências são marcadas por violências físicas, simbólicas e institucionais, que só podem ser plenamente compreendidas por uma análise interseccional. Pesquisas de Lélia Gonzalez (2020) e Sueli Carneiro (2003) demonstram como esses eixos de desigualdade continuam moldando trajetórias e restringindo direitos.

O feminismo negro, fundamentado nessa perspectiva, denuncia tanto o apagamento no feminismo tradicional quanto a marginalização nas narrativas sobre resistência negra, reivindicando a complexidade das experiências das mulheres negras como centrais para a transformação social.

Assim, a interseccionalidade se apresenta como ferramenta indispensável para a construção de uma sociedade mais justa, na qual mulheres negras possam viver sem os grilhões do racismo, do patriarcado e da desigualdade socioeconômica. O dia 25 de julho, dedicado a Tereza de Benguela, simboliza essa luta, reafirmando o protagonismo das mulheres negras nos quilombos, nas periferias e em todos os espaços onde opressão e resistência se encontram historicamente.

5. Considerações Finais

Apesar da existência de legislações como a Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas, a implementação efetiva dessas políticas enfrenta diversos desafios. A resistência de gestores e educadores, a escassez de recursos para formação continuada e a falta de materiais pedagógicos adequados dificultam a promoção de uma educação antirracista de qualidade.

É imperativo que as políticas educacionais no Brasil priorizem a implementação de ações antirracistas desde a educação infantil. Somente por meio de uma educação inclusiva e representativa será possível combater o racismo estrutural e promover uma sociedade mais equânime. É necessário um esforço conjunto entre governo, instituições educacionais e sociedade civil para garantir que todas as crianças, independentemente de sua cor ou etnia, tenham acesso a uma educação que respeite e valorize sua identidade.

Dessa forma, o primeiro passo é investir em conscientização e letramento racial, por meio de campanhas educativas e programas de formação em escolas, universidades e ambientes de trabalho. Essas iniciativas devem promover o reconhecimento das desigualdades estruturais, incentivar a empatia e a valorização da diversidade. O letramento racial não apenas combate o preconceito, mas também cria espaços mais acolhedores e equitativos, onde as diferenças são compreendidas como potências e não como limitações.

Outro caminho essencial é o fortalecimento de redes e organizações de mulheres negras, como o Geledés – Instituto da Mulher Negra e o Criola, que há décadas atuam na defesa dos direitos humanos e na promoção do Bem Viver. Apoiar financeiramente e institucionalmente essas organizações significa garantir que as próprias mulheres negras possam definir suas agendas políticas e sociais, protagonizando suas lutas e transformações.

Por fim, é fundamental ampliar a visibilidade e representatividade das mulheres negras em espaços de poder, na mídia, na política e na academia. Quando intelectuais, artistas e lideranças negras ocupam lugares de destaque, elas quebram estereótipos históricos e inspiram novas gerações. A representatividade é um ato de resistência e de reparação simbólica, que contribui para reconfigurar o imaginário social e promover uma sociedade mais justa e plural.

Assim, combater as desigualdades interseccionais requer uma abordagem coletiva e contínua, que una educação, empoderamento e representatividade. Somente por meio dessas estratégias será possível construir um Brasil verdadeiramente democrático, em que as mulheres negras tenham suas vozes ouvidas, suas histórias valorizadas e seus direitos plenamente garantidos.

As trajetórias de Tereza de Benguela, Carolina Maria de Jesus e Djamila Ribeiro revelam uma linha contínua de resistência e afirmação das mulheres pretas na história do Brasil. A interseccionalidade permite compreender como o racismo, o sexismo e as desigualdades sociais se entrelaçam, mas também como as mulheres negras criam estratégias de sobrevivência, liderança e produção intelectual. Reconhecer essas trajetórias é um passo essencial para a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática, onde o protagonismo negro feminino seja reconhecido como parte central da identidade brasileira.

Inspiradas por figuras como Tereza de Benguela, cuja liderança insurgente no Quilombo do Quariterê simboliza a força coletiva e a autodeterminação das mulheres negras, compreende-se que a luta por justiça social no Brasil exige reconhecer, como afirma Kimberlé Crenshaw, que as opressões não atuam de maneira isolada, mas se cruzam e se potencializam na vida das pessoas negras, sobretudo das mulheres. Esse entendimento, aliado à crítica de Bell Hooks à dominação patriarcal e ao capitalismo racializado, reforça a urgência de políticas públicas que enfrentem o racismo e o sexismo de forma simultânea, rompendo com mitos de neutralidade e universalidade que historicamente invisibilizaram essas desigualdades.

Assim, fortalecer a educação antirracista, garantir recursos para iniciativas comunitárias e ampliar o protagonismo das mulheres negras nos espaços de poder não são apenas medidas institucionais, mas atos de reparação histórica e de construção democrática. Concluir um percurso analítico sobre interseccionalidade e feminismo negro no Brasil é reafirmar que a resistência das mulheres negras da ancestralidade de Benguela à produção teórica de Crenshaw e Hooks continua sendo o alicerce para imaginar e construir um país mais justo, plural e comprometido com a dignidade humana.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo Estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019.

ALVES, G. S. Práticas e identidades interseccionais: A. Cumes, L. Gonzalez, G. Kilomba, C. Krahô e A. Lorde. *Revista Latino-Americana de Estudos de Gênero e Diversidade*, v. 30, e51386, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2025v30e51386>. Acesso em: 13 nov. 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: resultados 2023*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 13 nov. 2025.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: _____. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: Conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. *Demarginalizing the intersection of race and sex: A Black*

feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. University of Chicago Legal Forum, v. 1989, n. 1, p. 139–167, 1989.

CRENSHAW, Kimberlé. *Mapping the margins*: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color. Stanford Law Review, v. 43, n. 6, p. 1241–1299, 1991.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 125–139.

IBGE. PNAD Contínua: Características gerais dos trabalhadores – 2022. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 nov. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); Ministério da Igualdade Racial (MIR). Mulheres negras são 69,9% no serviço doméstico ou de cuidados no Brasil. Brasília: Ipea, 19 mar. 2025. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 15 nov. 2025.

IPEA; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Atlas da Violência 2019. Brasília: Ipea, 2019.

ISTOÉ. Feitos da ginástica feminina aumentam visibilidade de negros, dizem especialistas. Agência Estadão, 31 jul. 2021. Disponível em: <https://istoe.com.br/feitos-da-ginastica-feminina-aumentam-visibilidade-de-negros-dizem-especialistas/>. Acesso em: 19 nov. 2025.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Ática, 1960.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.